



São Paulo, 22 de janeiro de 2014.

Carta de apoio à Comunidade do Piquiá de Baixo, em Açailândia, Maranhão, Brasil.

Aproximadamente 310 famílias (mais de 1100 pessoas) vivem há cerca de 40 anos no Piquiá de Baixo, no Município de Açailândia, Estado do Maranhão. Essa comunidade tem sido afetada severamente desde que cinco indústrias de ferro-gusa se estabeleceram na região em 1987, no contexto da instalação do Programa Grande Carajás. A incessante poluição, contínua deterioração da água e dos recursos naturais, e a precariedade da infraestrutura sanitária têm gerado condições desumanas de habitabilidade. Na medida em que a atividade industrial foi se intensificando ao longo dos anos, mais mortes vêm ocorrendo repetidamente em razão de sérias doenças respiratórias, tem havido mais acidentes decorrentes do contato de crianças com resíduos industriais incandescentes, e vem aumentando também os atropelamentos de pessoas por conta da proximidade da ferrovia que transporta o minério de ferro e depois o ferro-gusa, além de inúmeros outros graves impactos diretamente relacionados àquelas atividades.

Apesar de todas as adversidades, esses moradores têm encontrado força e coragem para se organizar e propor ao Estado e às empresas perpetradoras de suas violações uma solução própria e coletivamente planejada para reverter a situação dramática que os assola. Nos últimos anos, os próprios moradores têm assumido o protagonismo na luta pelo reassentamento, promovendo uma ação contundente que envolve a conquista do terreno, o projeto urbanístico e habitacional participativo, e a futura construção das casas e de equipamentos comunitários para o novo bairro. O projeto foi amplamente debatido entre os moradores e a assessoria técnica Usina, e conta com três tipologias habitacionais distintas, dispostas em torno de praças arborizadas, equipamentos públicos educacionais, de saúde, cultura e lazer, além de soluções para infraestrutura urbana comprometidas com o meio ambiente, como biodigestores. Esse projeto mostra que é possível

Equipe de Apoio à Relatoria Especial da ONU para o Direito à Moradia Adequada  
Rua do Lago, 855, São Paulo/SP  
CEP 05.508-080  
Tel.: (11) 3091-1979  
contato@direitoamoradia.org

# MORADIA É UM DIREITO HUMANO

Relatoria Especial da ONU para o Direito à Moradia Adequada



propor habitação social de qualidade.

Considero que essa iniciativa da Associação Comunitária dos Moradores do Pequiá (ACMP) tem o potencial de servir como referência para a definição de uma política clara do Estado brasileiro para as hipóteses de remoções forçadas, ou ainda para a composição de padrões internacionais avançados e mais adequados a respeito do tema, que reconheçam o direito das comunidades de serem reassentadas coletivamente e de planejarem elas mesmas o local em que elas e suas gerações futuras passarão a viver.

Cordialmente,

A handwritten signature in black ink, which appears to read 'Raquel Rolnik'. The signature is fluid and cursive.

Raquel Rolnik

Relatora Especial das Nações Unidas (ONU) para o Direito à Moradia Adequada